

A percepção dos estudantes como um meio para pensar a formação cidadã no ensino médio e caminhos para a educação política em âmbito escolar

DANILO BASILE FORLINI

MARIA JOSÉ DA SILVA FERNANDES

■ Este artigo é resultado de Dissertação de Mestrado defendida em dezembro de 2015 no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, que teve como objetivo central identificar como os alunos percebem (ou não) a Educação Política no cotidiano escolar, e suas concepções sobre como esta deveria ser. Para a construção deste artigo, optamos por um viés propositivo, que sintetiza as considerações, percepções e também as sugestões dos estudantes sobre como as ações de Educação Política em âmbito escolar podem se efetivar. Não pretendemos com isso engessar direções ou criar regras e manuais para a implementação da Educação Política na escola, ou o que dela pode resultar. Pelo contrário, pretendemos abrir possibilidades interessantes para serem exploradas por todos aqueles que ensinam, pensam e realizam estas ações no âmbito escolar, colaborando com ideias que partiram não só da literatura acadêmica sobre o tema, como também da voz dos próprios estudantes, ouvidos através de grupos focais.

Dividiremos o artigo em três seções, sendo a primeira uma retomada da necessidade da Educação Política como um todo e também sua obrigação legal na escola, assim como a explicação sucinta da metodologia que utilizamos para a coleta de dados, tendo caráter introdutório. A segunda seção já apresenta reflexões que problematizam a crise de sentido pela qual passa o Ensino Médio no Brasil e sua possível relação com a Educação Política, já trazendo na análise percepções dos estudantes como base.

A terceira seção, que encerra o texto, segue mais propositiva, ao enumerar caminhos que podem contribuir para a efetivação da Educação Política em âmbito

escolar, sempre nos balizando nas percepções dos estudantes, intermediadas pela literatura acadêmica da área.

I. A EDUCAÇÃO POLÍTICA E SUA NECESSIDADE NA ESCOLA.

■ Em sua obra, *Sobre a Democracia*, Robert Dahl (2001) coloca como um critério essencial ao processo democrático a compreensão esclarecida: dentro de razoáveis limites de tempo, cada cidadão deve ter oportunidades iguais e efetivas de aprender sobre as políticas alternativas pertinentes e suas principais consequências. É o que ele chama de educação cívica. Para Dahl, o próprio desenvolvimento da democracia, principalmente nos países que a adotaram há mais tempo, criou formas de propiciar esta educação. Através da educação escolar que propicia a alfabetização e desenvolvimento lógico-cognitivo da população, da organização dos partidos em torno de eixos de demandas a partir de suas ideologias e da competição partidária que mobiliza os debates sobre as mesmas, e também pela existência de organizações e diversos grupos de interesses variados na sociedade (sejam econômicos ou sociais), a educação cívica foi sendo gradualmente desenvolvida, mesmo que lentamente e em passos minúsculos. Todavia, Dahl mostra que estes fatores não são mais suficientes para promover a educação cívica necessária para a democracia.

Para o autor, embora a democratização da educação escolar tenha aumentado significativamente em todos os países, a dificuldade para entender os negócios públicos também aumentaram. O número de questões diferentes no que diz respeito aos políticos, ao governo e ao Estado aumentou significativamente, tanto em número como em complexidade. A revolução nos setores da comunicação também são um fator a ser considerado, já que a quantidade bruta de informação política disponível aumentou imensamente, sem que esse aumento esteja relacionado a uma melhoria na compreensão destas. Por essa razão, uma das necessidades imperativas dos países democráticos é melhorar a capacidade do cidadão de se envolver de modo inteligente na política, o que só acontece se atenção for dada a esta questão, propiciando maiores e mais variados caminhos para a apropriação da educação cívica pelos indivíduos.

No Brasil, são vários os estudos que demonstram a necessidade urgente do desenvolvimento de processos de Educação Política, seja através dos resultados de pesquisas de opinião e pesquisas eleitorais onde os indivíduos mostram claramente desconhecimento sobre o sistema político, assim como aversão à política como um todo, seja através da construção de índices de participação política com

resultados preocupantes, como o elaborado por Dantas e Martins Jr. (2004) ou mesmo pelos apontamentos dos próprios indivíduos, sejam estes adultos ou adolescentes em idade escolar, que após passar por ações de Educação Política reconhecem sua importância para a sociedade em sua totalidade (Dantas e Caruso, 2011; Dantas e Schiavi, 2014). Esta prerrogativa da necessidade de formação política não se encontra só nos artigos acadêmicos, mas também na legislação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) determina que a cidadania deve ocorrer na totalidade da formação durante todo o processo escolar. Para Resende (2010), devido à utilização das disciplinas citadas pelo regime militar, a Educação Política em âmbito escolar passou a ser considerada pejorativa e doutrinadora pelos educadores e mesmo pela sociedade brasileira. Ainda para o autor, em outros contextos políticos e intelectuais, o campo da educação cívica é considerado neutro ou positivo ao educar os indivíduos para a compreensão e a prática de seus direitos e deveres como membros de uma comunidade política, muitas vezes tendo como sinônimo “Educação para a cidadania”. No Brasil muitas vezes é visto ainda com ressalvas e afastamento (Cosson, 2010. Dantas e Caruso, 2011)

Verificamos que a LDB coloca, em seu artigo 2º, a formação para a cidadania como um dos objetivos principais da educação no Brasil:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1996)

Resende (2010) sugere que o fato de não existir uma disciplina específica para tratar do tema no país, e a determinação da LDB sem que haja determinações mais claras a respeito da questão, causa um esvaziamento do significado político da expressão “educação para a cidadania”, já que praticamente qualquer conteúdo passa a ter esse status, e conteúdos específicos e importantes que fazem parte dessa proposta não são trabalhados.

Mais especificamente, o ensino de cidadania volta a aparecer na já referida lei no momento que trata do Ensino Médio, colocando a cidadania não só como um dos objetivos desta etapa de ensino, mas também o acesso e o exercício à cidadania como parte do currículo. Nesse sentido, o tema da formação para a cidadania, a democracia e a política aparece também nos Parâmetros Curriculares Nacionais, sendo estes conteúdos específicos parte das diretrizes do ensino de

Sociologia no Ensino Médio, além de aparecer também como um dos temas transversais que deveria perpassar toda a formação do indivíduo em todas as disciplinas da Educação Básica.

Para José Sérgio Carvalho, “Nos discursos pedagógicos há uma ênfase recorrente na necessidade de iniciação dos jovens no campo de práticas e conhecimentos relativos aos valores públicos vinculados à democracia e aos direitos humanos” (Carvalho, 2004, p. 437). Entretanto, segundo o autor esses discursos ficam mais na teoria do que na prática.

Vista a necessidade de observar em que medida encontra-se esta prática e suas possibilidades de efetivação, acreditamos na potencialidade da opção de dar voz aos alunos para que exponham suas percepções, ideias e considerações a respeito da Educação Política em sua interligação com o sentido que a escola e a própria política têm para os mesmos. Considerando que não seria possível dar conta do conjunto de todos os níveis de ensino contemplados pela Educação Básica, selecionamos como objeto de estudo dentro de nosso recorte o Ensino Médio (que também apresenta suas próprias problemáticas e singularidades), já que a LDB (1996) prevê o ensino e o acesso à cidadania para este nível de ensino, não só como objetivo, mas também como conteúdo, como já foi mencionado.

Como instrumento de coleta de dados para captação das percepções e ideias dos alunos, escolhemos a utilização de grupos focais com alunos do Ensino Médio de escolas públicas. Preferimos este instrumento metodológico em detrimento de questionários e entrevistas individuais principalmente por seu caráter de discussão coletiva. Para Mill (1964), é através da discussão política e da ação política coletiva que os homens aprendem a simpatizar com seus concidadãos e tornam-se parte de uma comunidade, princípios básicos da formação para a cidadania. Nesse sentido, a opção pelos grupos focais de discussão voltados para pensar a educação, a política e a formação cidadã poderia ser ao mesmo tempo instrumento e ação, como viemos a constatar a partir da fala dos próprios alunos.

Foram realizados três grupos focais em escolas públicas da cidade de Araraquara-SP, sendo dois deles em uma mesma escola. No total participaram 28 estudantes, sendo onze deles no primeiro grupo, oito no segundo grupo e nove no terceiro. Todos os estudantes participantes encontravam-se finalizando o terceiro ano do Ensino Médio, um recorte também definido pelos pesquisadores já que este nível de ensino encerra a etapa da Educação Básica, a qual deveria (de acordo com a legislação) ter realizado uma formação cidadã. Os estudantes do primeiro e segundo grupos foram selecionados aleatoriamente pela coordenação da escola

para participarem da atividade, e os estudantes do terceiro grupo foram selecionados pelo professor de sociologia da escola, por serem estudantes que gostavam de discussões, segundo o coordenador pedagógico.

Introduzida a necessidade da Educação Política, a prerrogativa de uma formação cidadã estabelecida na legislação e a metodologia de nossa pesquisa empírica, seguimos para algumas considerações a respeito do Ensino Médio e a crise que este perpassa, bem como fazemos algumas elucubrações que podem intermediar seu sentido formativo com a própria Educação Política, sempre embasando-nos nas percepções apresentadas pelos estudantes nos grupos focais.

2. ENSINO MÉDIO: O POSSÍVEL DIÁLOGO ENTRE SEU SENTIDO E A FORMAÇÃO PARA A POLÍTICA E CIDADANIA

■ O aumento da escolarização e a democratização do Ensino Médio das últimas duas décadas recoloca constantemente uma questão que não é nossa e já foi pensada por diversos autores (Sposito e Galvao, 2004, Costa, 2013, Souza e Sposito, 2014): Qual é o seu sentido? Qual é a finalidade do Ensino Médio?

O debate principal que permeia a questão é o de sua finalidade, relacionado ainda à natureza propedêutica, voltada para a preparação para exames e o ingresso em níveis subsequentes de ensino, e de outro lado a preparação para o mercado de trabalho, que possibilitaria o emprego direto após a conclusão dos estudos. Deixando de lado as problemáticas que cada uma dessas funções apresenta, que por si só seriam passíveis de vários questionamentos, é possível observar que efetivamente esta modalidade de ensino (pelo menos nas escolas públicas estaduais, que concentram a maioria dos estudantes) não tem dado conta de nenhuma dessas funções (Souza e Sposito, 2014).

Apesar das disciplinas que fazem parte do currículo do Ensino Médio terem seu foco voltado ao caráter propedêutico do mesmo (Biologia, Química, Matemática, História, Geografia, Português, Sociologia, etc...), nota-se a partir das discussões dos autores e das percepções dos estudantes participantes dos grupos focais, que essa função não tem se efetivado de maneira satisfatória. O Estado de São Paulo, por exemplo, oferece materiais superficiais e que ferem a autonomia dos professores, também analisados pelos próprios estudantes como materiais insuficientes. As condições de trabalho para os professores são cada vez mais precarizadas (Fernandes E Barbosa, 2013), de modo que grande parte do efetivo do quadro docente é composto por professores temporários ou eventuais, que têm seus direitos trabalhistas reduzidos e é mínima a possibilidade de criação

de vínculo com a instituição e com os alunos, dado o caráter momentâneo de sua relação com a escola, bem como a realização de projetos diferenciados.

Para as autoras citadas, a precarização dos salários dos professores (sejam efetivos ou temporários) também influencia diretamente nesse ponto, fazendo com que o docente precise acumular jornadas duplas e triplas de trabalho para conseguir um rendimento que sustente sua família, de modo que esse acúmulo de trabalho (dentro e fora do expediente) também interfere no tempo disponível para o preparo de aula e para a dedicação em projetos que exigem a participação da comunidade escolar. Essa ausência e precarização é percebida pelos estudantes de várias formas, sendo que chegam a apontar que há professores que estão ali somente para “passar a matéria” das apostilas e ir embora, e se angustiam com essa falta de vínculo. Apesar disso, os alunos não responsabilizaram necessariamente os docentes, mas consideraram a perversidade do sistema como um todo, identificando um descaso do governo com a educação.

Em relação à preparação para o mercado de trabalho, os alunos chegam a afirmar que para muitos estudantes a escola não só não prepara, como estar estudando obrigatoriamente é um tempo perdido, considerando que o jovem já poderia estar trabalhando. Ainda que os próprios jovens participantes considerem esta visão falaciosa, e que os (outros jovens) que pensam dessa maneira não percebem que a educação é pressuposto para um “futuro melhor”, a percepção é sintomática no que diz respeito ao sentimento generalizado de que em termos práticos e imediatos, é mais útil ir direto trabalhar do que estudar.

Todavia, não só estas percepções negativas endossam a voz dos estudantes. É forte a ideia de que a escola tem o potencial de ser um lugar privilegiado para preparar para estudos posteriores, para o trabalho e para a vida. É mencionada também a socialização proporcionada pela escola, e justamente como esta poderia ser uma dimensão importante da formação, já que para os estudantes é preciso aprender a se relacionar com as pessoas, desenvolvendo características como alteridade e empatia.

A partir deste quadro, partimos para o ponto de que é nítido para os estudantes que há a ausência de uma formação política na escola, e que esta poderia trazer vários benefícios para o cidadão que irá ter sua vida adulta em sociedade. É relevante o dado de que todos os 28 alunos (considerando a soma de participantes dos três grupos focais) em algum momento da discussão afirmaram explicitamente a necessidade de estudar política na escola.

Sempre que afirmações sobre a necessidade da Educação Política eram feitas, os participantes apoiavam-se em justificativas para defender suas falas.

Considerando que seria proveitoso observar separadamente essas falas e suas justificativas, repassamos toda a transcrição dos três grupos focais procurando por estas sentenças (onde afirmar essa necessidade), a fim de identificar quais as justificativas mais utilizadas e quantificar os principais motivos (sintetizados pelo pesquisador) pelos quais os participantes consideram que é importante que a Educação Política esteja na escola. Essa análise nos permitiu chegar aos seguintes principais argumentos, que apareceram durante os três grupos focais, seguidos do número de estudantes que usou em algum momento a justificativa citada em sua fala. Para os participantes, é preciso ter Educação Política na escola porquê:

- A maioria das pessoas não tem noções básicas de política ou como funcionam diversos mecanismos do sistema político (12 alunos)
- As pessoas não sabem votar, nem que seu voto é importante (8 alunos)
- As pessoas são facilmente manipuladas e influenciadas pelo governo ou meios de comunicação (8 alunos)
- É preciso entender que política é importante e interfere no cotidiano (7 alunos)
- As pessoas precisam aprender a lutar pelos seus direitos e transformar a sociedade (5 alunos)
- Ajuda as pessoas a aprenderem a ter opinião própria e tirar suas próprias conclusões (4 alunos)
- Melhora a qualidade da educação como um todo (4 alunos)
- É preciso que as pessoas aprendam a aceitar as opiniões umas das outras (3 alunos)

Estas motivações para processos de formação política em âmbito escolar vieram acompanhadas de várias (e boas) ideias para a efetivação da mesma, mostrando que as afirmações desta necessidade não são simples pensamentos aleatórios, mas fazem sentido a partir das próprias críticas que esses estudantes levantam em direção à escola e ao Estado, e pode carregar para estes também um sentido de escola a ser construído, contribuindo então para o debate no qual nos encontramos em torno da crise de identidade em que se encontra o Ensino Médio no Brasil.

Não se trata de afirmar que a resolução de todos os problemas deste nível de ensino esteja na Educação Política. Longe disso, as próprias discussões levantadas neste trabalho nos levam a enxergar um quadro muito maior e complexo, que não pode prescindir de várias reflexões a partir de vários âmbitos afim de não correr o risco de acreditar em soluções simplistas. Todavia, demonstramos que há na

Educação Política em âmbito escolar um potencial latente de contribuir para a produção de sentido para o Ensino Médio, visto que a dimensão da cidadania e da vida em uma democracia entremeia e ultrapassa os limites da preparação para o mercado de trabalho e a preparação para níveis de ensino subsequentes.

Para além da contribuição para o Ensino Médio, esses processos contribuem para a qualidade da própria democracia no país, na medida em que percebemos quão ricas podem ser as discussões políticas e as percepções da própria sociedade que os alunos apresentam.

Essas ideias são ainda mais produtivas quando estes passam por quaisquer tipos de processo de educação política, combatendo generalizações e o senso comum que promove descrença e afastamento das instituições políticas, esvaziando um espaço que deveria estar sendo ocupado cotidianamente pelo cidadão, elevando o nível das discussões e consequentemente possibilitando melhores possibilidades de diálogo, cobrança, e utilização de ferramentas democráticas disponíveis afim de pressionar e melhorar o processo de representação política e do próprio voto.

Sobre a ausência ou presença de processos de educação política nas escolas como um todo, não podemos fazer quaisquer generalizações. É possível afirmar que, nas duas escolas pesquisadas neste trabalho, encontramos, em uma, evidências de uma preocupação direta com a formação política dentro das aulas de Sociologia (que para os estudantes deveriam ter mais tempo), e, em outra, um ensino diferenciado que, na percepção dos estudantes, é privilegiado tanto pela estrutura da escola e pelo corpo docente quanto por conteúdos oferecidos a estes estudantes, que contribuem para a formação cidadã.

Entretanto, é possível afirmar que existe ainda muita carência de processos formais de Educação Política, e a voz dos alunos nos indica as principais demandas, o que seria interessante e de que forma poderia ser feito. Sintetizamos a seguir pontos de convergência entre as falas e ideias dos estudantes durante os grupos focais e a literatura que pesquisa a Educação Política no Brasil a qual tivemos acesso.

3. ALGUNS CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO POLÍTICA EM ÂMBITO ESCOLAR

■ Seja inserida em meio às aulas de Sociologia, Filosofia, Geografia ou História (ou mesmo em uma disciplina a ser criada), seja em cursos livres promovidos pela instituição, seja em projetos maiores envolvendo toda a comunidade escolar com planejamento de longo prazo, seja através de parcerias com órgãos públicos,

ONGs, instituições privadas ou movimentos e coletivos sociais, o fato constatado é que é necessária a Educação Política dentro das escolas (Cosson, 2010, 2011; Dantas, 2010; Dantas e Caruso, 2011; Dantas, Cosson e Estramano, 2015)

Não é objetivo do presente artigo constatar qual das possibilidades apontadas acima (ou ainda outras) seria o caminho mais efetivo para a implementação da Educação Política em âmbito escolar, mas o que podemos afirmar é que diversas dessas possibilidades podem funcionar muito bem e atender aos objetivos pretendidos.

Entretanto, a partir de nosso trabalho é possível perceber convergências entre necessidades e ideias apontadas pelos autores pesquisados e as percepções e sugestões dos estudantes sobre como poderiam, ou deveriam ser, os processos de formação política e para a democracia em âmbito escolar.

Intentamos aqui sintetizar algumas dessas convergências, apontando caminhos que com certeza não são os únicos, nem definitivos, mas que surgiram a partir das aferições desse trabalho. Acreditamos trazer contribuição para quaisquer propostas de Educação Política em âmbito escolar, independentemente do formato escolhido para sua efetivação.

a) Formação que preze pelos conteúdos básicos em relação ao Sistema Político Brasileiro, sem descolar-se do cotidiano

A gama de conteúdos que podem ser trabalhados no âmbito da Educação Política não é pequena. A própria diversidade de denominações diferentes encontradas na literatura (Educação para a cidadania, Educação para os direitos humanos, Educação para a democracia, entre outros) já demonstrada sugere essa amplitude (Cosson, 2010). Todavia, diante de tantas possibilidades, não podemos prescindir do básico. Existe, sim, uma carência de conhecimento sobre o funcionamento e a estrutura do Sistema Político Brasileiro que afeta diretamente o modo de pensar do cidadão em relação à política, à maneira como vota e à maneira como vivencia a democracia.

Desta forma, propostas de Educação Política na escola precisam dar atenção a temas como: Noção Básica de Democracia; Conceito de Cidadania; História da Política (no Brasil e no mundo); Direitos e Deveres do Cidadão; Funções de cada um dos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário); Funções de cada um dos cargos políticos; Responsabilidades específicas de cada nível federativo (municipal, estadual e federal); Processo legislativo (como se faz uma lei); Sistema Eleitoral; Mídia e Política; entre outros no mesmo sentido.

Tais conteúdos, além de terem sido citados pelos estudantes nos grupos focais, também encontram ressonância nas proposições de Estramano (2011), que aponta um esboço didático para cursos livres de política, também em Dantas, Cosson e Estramano (2015) ao pensarem a formação política de adolescentes, nos artigos que expõem a metodologia e os resultados dos cursos dados pelas oficinas organizadas pela Fundação Konrad Adenauer em parceria com outras instituições (Dantas e Schiavi, 2014), entre outros relatos de ações de Educação Política que vão pelo mesmo caminho.

Não pretendemos aqui esgotar os possíveis temas ou mesmo determinar os mais importantes. A lista acima surge como um apanhado geral de temas já utilizados em cursos descritos pelos pesquisadores em convergência com as percepções dos estudantes sobre o assunto.

É essencial que estes conteúdos não sejam repassados na escola descolados da realidade. Foi muito afirmada pelos participantes dos grupos focais a necessidade de que esses conhecimentos sejam mostrados em sua perspectiva prática, de modo a compreender como cada uma das instâncias e elementos do sistema político interferem e dialogam com o cotidiano.

Mais do que saber como funciona, os estudantes querem entender as notícias sobre política, conseguir identificar posicionamentos políticos sobre a própria estrutura do sistema político (e suas possíveis mudanças), assim como entender como funcionam as ferramentas proporcionadas pela democracia de forma que seja possível atuar e transformar a realidade que se relaciona diretamente com a organização e estrutura política presentes nos conceitos e descrições a serem estudados na Educação Política.

b) Contemplar a dimensão valorativa da Educação Política

Ainda que afirmemos a necessidade dos conteúdos básicos supracitados, que de imediato estão mais ligados aos campos da prática e digam respeito à estrutura e funcionamento da política, existe a crítica de que somente essa formação pragmática não qualifica a Educação Política em todo o seu potencial formativo, já que tem limites geográficos (o funcionamento do sistema político e suas regras em cada Estado-Nação) e pode acabar prescindindo de dimensões valorativas (Carvalho et al, 2004).

A vivência em uma sociedade democrática pressupõe não só conhecimentos, mas também as práticas e valores necessários para o aprimoramento e manutenção da mesma. Essas práticas e valores estão diretamente ligados a propiciar

processos formativos que lidem com o estudante sempre em relação com a sociedade, de modo a levar o indivíduo a se perceber como parte de um coletivo, uma comunidade, entendendo a sociedade a partir de bases marcadas por alteridade e empatia.

É preciso cultivar valores republicanos e democráticos como o respeito às leis, o respeito aos bens públicos (acima do interesse privado), o respeito integral aos direitos humanos, a virtude do amor à igualdade na forma do reconhecimento de privilégios e o repúdio a estes, o acatamento da vontade da maioria legítima sem prescindir do respeito aos direitos das minorias, ética na política, desconstrução de preconceitos (sociais, políticos e em relação à própria política) e o estímulo e a valorização do cidadão participativo, que se aproxima da política e da democracia por diferentes formas (Benevides, 1996b)

Nessa necessidade também é forte a convergência entre estudantes e autores como Cosson (2010) e Benevides (1994, 1996b), trazendo a percepção de que a Educação Política para a democracia precisa extrapolar os conhecimentos objetivos e dar conta de atitudes, práticas e comportamentos que dizem respeito não só ao governante eleito como ao cidadão no cotidiano. Defendemos que o desenvolvimento dessa dimensão valorativa possa ser benéfico não só ao estudante que participa das atividades de formação política, como se espalha na sociedade a partir das reflexões e comportamentos destes frente à coletividade, contribuindo para a construção de uma consciência política mais madura e de uma vivência democrática que saia do papel e seja experienciada mais intensamente.

O desenvolvimento dessa dimensão não é excludente aos conteúdos básicos sugeridos no primeiro tópico. Pelo contrário, são eixos complementares da Educação Política que se apoiam e podem se construir um sobre o outro, a partir das diversas propostas possíveis na Educação para a Democracia.

c) Explorar diferentes possibilidades didáticas dentro e fora da sala de aula

Reconhecido o valor da aula expositiva, é preciso adicionar a ela outras atividades complementares, não só para motivar (e chamar a atenção dos estudantes), mas também pelo próprio potencial didático que outras metodologias têm a oferecer para a Educação Política. Neste sentido, damos destaque para as simulações, debates e visitas a instituições políticas, atividades sugeridas pelos alunos envolvidos nos grupos focais.

As atividades de simulação são amplas e podem envolver processos eleitorais, atividades do poder judiciário, campanhas políticas, exercício do cargo de gover-

nantes, assembleia, entre muitas outras possibilidades que trariam uma vivência da estrutura e organização política em termos conceituais, sem deixar de lado a dimensão valorativa e a relação com o cotidiano dos estudantes.

No mesmo sentido, como um tema já levantado nas primeiras discussões sobre o tema por Stuart Mill (1964), os debates contribuem não somente para a construção da opinião, mas para a busca da autonomia nessa construção. O contato com temas e opiniões diferentes, lógicas argumentativas e diálogos com notícias cotidianas e conceitos políticos fortalece a construção de um senso crítico e o próprio exercício democrático, se feitos com mediação do docente e prezando pela isonomia no tratamento com os diferentes pontos de vista dos estudantes. Os debates foram uma possibilidade muito citada tanto na literatura quanto pelos estudantes.

É possível notar que algumas dessas atividades como as simulações e dinâmicas já vêm sendo exploradas em algumas iniciativas de Educação Política no Brasil (Haradom e Francisco, 2010; Dantas, Cosson e Estramano, 2015) a que tivemos acesso à descrição das atividades. Todavia, tais atividades são consenso em alguns relatórios internacionais que versam sobre as possibilidades da Educação Política nas escolas, como os dossiês “Teaching democracy: what schools need to do” (Khane e Westheimer, 2003), “The Civic Mission of Schools”, produzido pelo Center for Information and Research on Civic Learning and Engagement em 2003, e o relatório “Education for citizenship and the teaching of democracy in schools. Final report of the Advisory Group on Citizenship” (Crick, 1998). Seja em atividades realizadas dentro de ações no Brasil, ou mesmo nos trabalhos internacionais, existe a direta convergência com a necessidade da exploração de diferentes alternativas didáticas como as apontadas pelos alunos nos grupos focais.

Somando a estas atividades, as visitas às instituições políticas, ou mesmo a visita de políticos às escolas, ou dos alunos aos políticos foram sugestões fortes dos estudantes como possibilidade de se aproximar da política e perceber de que formas ela interfere no cotidiano, como é seu funcionamento e também fortalecer o laço representativo.

d) Escolas mais democráticas e constituição e apoio aos grêmios estudantis

A gestão democrática nas escolas é um tema já muito discutido na literatura da Educação, cuja necessidade já foi exaustivamente constatada (Paro, 1998). Para educar para a democracia, é preciso que as instâncias e processos de participação saiam do campo da retórica e se efetivem na prática. Esse é um dos motivos pelo qual seria problemático simplesmente acrescentar conteúdos de política à

ementa de algumas disciplinas sem problematização e reflexão das práticas democráticas dentro da própria escola.

Nos grupos focais, houve por parte dos estudantes a queixa de que não se sentem ouvidos. Falar de democracia em meio a estruturas fortemente autoritárias pode até mesmo afastar os estudantes do tema, dada tal incoerência. É necessário um esforço de diálogo constante entre os membros da comunidade escolar, de modo que os interesses e demandas dos estudantes (por mais que possam em alguns momentos se descolarem da realidade) sejam pelo menos discutidos e dialogados.

A própria escola pode incentivar a criação de conselhos de representantes de sala e auxiliar na elaboração de regulamentos construídos em conjunto para essas organizações. Também pode abrir espaço para avaliações e sugestões de regras e melhorias do ambiente e convívio escolar, promover fóruns de discussão para os problemas que a própria escola enfrenta, chamados os docentes, estudantes e comunidade escolar para discussão conjunta de soluções, entre outras formas de tornar o cotidiano escolar mais participativo (Idem, 1998).

Também damos destaque para a necessidade de incentivo e apoio à constituição de grêmios estudantis, que pode ser feita de diversas formas, auxiliando os estudantes no processo eleitoral e de construção do regimento, discutindo-se exemplos de ações realizadas por grêmios de outras escolas, oferecendo a estrutura disponível para que possam organizar suas atividades etc.

O grêmio estudantil e a realização de práticas democráticas em ambiente escolar são pontos de consenso em termos dos benefícios que podem trazer na formação política, além de servirem como vivências que despertem o interesse de alguns estudantes para a esfera representativa.

e) Incentivo à participação em grupos, coletivos e organizações de diferentes naturezas

Em pesquisa realizada por Resende (2010) e Dayrell, Gomes e Leão (2010), foi demonstrada como positiva a relação entre a participação em diversos tipos de grupos e atividades coletivas e o interesse por temas políticos e a participação em instâncias democráticas. Os jovens que são inseridos em grupos de projetos culturais, ONGs, organizações de bairro, projetos esportivos, movimentos sociais, entre outros diversos tipos de organizações coletivas têm uma tendência maior a se aproximar da política e se interessar mais pelos temas que dizem respeito à vivência na democracia.

A escola interessada na formação democrática é espaço de amplas possibilidades que podem criar e incentivar a participação em diversos tipos de grupos e atividades extracurriculares, como o desenvolvimento de projetos sociais, culturais e esportivos que incentivem vivências e conquistas coletivas por parte dos alunos. Ao fazer isso poderá valorizar mais estas vivências em oposição às atividades exclusivamente individuais, que, em tempo de individualismo exacerbado e afastamento da democracia, contribuem para a ausência de identificação com a coletividade e o sentimento de pertencimento à comunidade. Estes elementos têm papel fundamental para levar ao aumento da participação dos cidadãos e interesse pela política.

Mesmo que de maneira indireta e não tão objetiva quanto atividades de Educação Política, a formação desses grupos dentro da escola pode contribuir muito não só para a formação democrática, como também para aproximar os estudantes da própria instituição escolar, aumentando qualitativamente a percepção de sentido que eles trazem em relação à escola em que estudam.

f) Aproveitar a tecnologia como ferramenta complementar para a Educação Política

Muitas das informações sobre política que chegam aos estudantes atualmente é oriunda da internet, sejam portais de notícias ou redes sociais. Ao invés de nos afastar desses espaços, é preciso trazer estas discussões para a sala de aula, fazendo-as dialogar com os conteúdos e dimensões valorativas presentes na educação democrática (Araujo, 2011). Temos ainda o exemplo de vários portais de cidadania, ONGs e movimentos sociais online, inteiramente dedicados a esta formação. Aproveitar estes materiais dentro da escola pode apresentar um potencial interessante por conta da motivação que pode ser criada nos alunos, além do contato diversificado com conteúdos de organizações sérias que prezam pela qualidade da democracia.

Uma terceira possibilidade é ainda acessar com os alunos os sites institucionais de Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Senado, Tribunal Superior Eleitoral etc. Esses sites muitas vezes possuem materiais formativos, além de informações sobre legislaturas, processos de lei em tramitação, informações de resultados eleitorais e muitos outros conteúdos que podem ser utilizados pelo professor para dinamizar a aula, propor trabalhos de pesquisa e provocar o interesse dos estudantes para os conteúdos pretendidos.

g) Começar cedo

Apesar do foco de nossa pesquisa ter sido o Ensino Médio e termos verificado os potenciais da Educação Política nesse nível de ensino, uma percepção dos estudantes em todas as turmas pesquisadas é a de que essa educação deveria começar mais cedo, no ensino fundamental, começando com uma aproximação das ideias mais básicas.

Para os estudantes, se abordagens desses temas forem realizadas mais cedo possibilitariam que ao chegar ao Ensino Médio fosse possível se aprofundar mais em assuntos pelos quais se interessam, de modo a evitar o que acontece agora, em que somente no terceiro ano do Ensino Médio há contato com temas básicos, sendo ainda o tempo disponível das aulas de sociologia muito curto para tanto conteúdo que deveria ser trabalhado.

A Educação Política em âmbito escolar pode ser pensada então como um processo que permeia todas as etapas da Educação desde a infância, e que dentro da escola faria parte de um projeto constantemente trabalhado, integrando toda a comunidade escolar.

A sugestão dos estudantes nesse sentido vai de encontro à ideia de Letramento Político explorada por Cosson (2008, 2010, 2011, 2015), uma formação contemplaria não só o conhecimento das instituições, regras e ideias políticas e sociais, mas também as habilidades, os valores e as atitudes que são necessárias para a prática de uma boa cidadania na vida adulta, de modo a constituir um processo formativo que poderia ser construído desde os anos iniciais da escola através de projetos que fossem discutidos e vivenciados por toda a comunidade escolar, incluindo além de professores e alunos, as famílias e os moradores dos arredores, já que a construção do Letramento Político não se restringe aos muros da escola.

Ainda que possa começar cedo, resgatamos nossas discussões que apontam como ponto de partida a Educação Política no Ensino Médio, e registramos o convite e a necessidade de que professores, coordenadores pedagógicos, diretores, alunos, comunidade escolar, governantes, formuladores de políticas públicas e intelectuais voltem os olhares para esta demanda, dadas as problemáticas que o Ensino Médio atualmente enfrenta.

DANILO BASILE FORLINI · Coordenador de Apoio ao Ensino – IFSP. Mestrando em Educação Escolar e Licenciado em C. Sociais /UNESP.

MARIA JOSÉ DA SILVA FERNANDES · Professora Assistente Doutora do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Bauru.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Rafael. *Internet e Educação: a compressão espaço-temporal e o civismo*. *E-legis*, Brasília, n.7, p. 59-72, 2º semestre 2011.
- ARAÚJO, Ulisses F. *Educação comunitária e a construção de valores de democracia e cidadania*. Paper apresentado na 33rd Annual Conference of the Association for Moral Education, New York, 2007
- BENEVIDES, Maria Vitoria de Mesquita. *Cidadania e Democracia*. *Lua Nova*, nº.33, São Paulo, Agosto 1994.
- _____. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito, e iniciativa popular*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- _____. *Educação para a Democracia*. *Lua Nova*, São Paulo, nº 38, p. 223-237, 1996b.
- BRASIL. Decreto nº 68.065, de 14 de Janeiro de 1971 – *Regulamenta o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do País, e dá outras providências*.
- _____. Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969 – *Inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no país, e dá outras providências*.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394 de 20-12-1996*
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Parâmetros curriculares nacionais, Ensino Médio, Ciências Humanas e suas Tecnologias*, Brasília: MEC, 1999.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*, Brasília: MEC/SEF, 1998 (v. Temas Transversais).
- CARVALHO, José Sérgio et al. *Formação de professores e educação em direitos humanos e cidadania: dos conceitos às ações. Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 435-445, set./dez. 2004
- COSSON, Rildo. *Escolas do legislativo, escola de democracia*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.
- _____. Rildo. *Letramento Político: por uma pedagogia da democracia*. *Cadernos Adenauer XI*, nº 3: Educação Política: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2010.
- _____. Rildo. *Letramento Político: trilhas abertas em um campo minado*. *E-legis*, Brasília, n.7, p. 59-72, 2º semestre 2011.
- CRICK, B. *Education for citizenship and the teaching of democracy in schools. Final report of the Advisory Group on Citizenship*. London: Qualifications and Curriculum Authority (QCA), 1998.
- DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: UNB, 2001.

DANTAS, Humberto. O caráter essencial da Educação Política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. *Cadernos Adenauer XI*, nº3: Educação Política: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2010.

_____, Humberto e CARUSO, Vinicius. Politização nas Escolas: o quando os jovens compreendem essa demanda?. *E-legis*, Brasília, n.7, p. 22-33, 2º semestre 2011.

_____, Humberto; COSSON, Rildo; ESTRAMANHO, Rodrigo. Educação para a democracia: desafios na prática da formação política de adolescentes. In: BERNARDES, Cristiane Brum e SCHWARTZ, Fabiano Peruzzo (Org.). Comunicação, educação e democracia no legislativo brasileiro Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

_____, Humberto e ESTRAMANHO, Rodrigo. Como a juventude se relaciona com a democracia: compreensões com base em pesquisas. *Cadernos Adenauer xvi* (2015), nº 1, Juventudes no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, julho 2015.

_____, Humberto e MARTINS JR, José Paulo. O índice de participação e a importância da educação. *Opinião pública* [online]. Vol.10. n2. p. 268-287. 2004

_____, Humberto e SCHIAVI, Iara. O Jovem e a Educação Política – Nova rodada de análises. Brasil em Foco. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2014.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100. p. 1105-1028, 2007.

_____, Juarez, GOMES, Nilma Lino e LEAO, Geraldo. Escola e participação juvenil: é possível este diálogo?. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 38, p. 237-252, set/dez. 2010. Editora UFPR.

ESTRAMANHO, Rodrigo. Esboço didático para o ensino de história política brasileira em cursos de formação política. *E-legis*, Brasília, n. 3, p. 34-48, 2º semestre 2009.

FERNANDES, Maria José da Silva; BARBOSA, Andreza. O pagamento por desempenho no contexto das reformas educacionais paulistas. *Comunicações*, Ano 20, N. 2. Piracicaba: jul/dez, 2013.

HARADOM, Michael e FRANCISCO, Eliana. Ação afirmativa e Educação Política: o caso da Fersol. *Cadernos Adenauer XI*, nº3: Educação Política: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2010.

KAHNE, Joseph; WESTHEIMER, Joel. Teaching democracy: what schools need to do. *PhiDelta Kappan*, v. 85, n.1, p. 34-66, set. 2003.

MILL, J. S. *Considerações sobre o governo representativo*. São Paulo: Ibrasa, 1964.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão Democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 1998.

RESENDE, João Francisco. Educação escolar, hábitos e atitudes políticas: considerações sobre a experiência brasileira. *Cadernos Adenauer XI*, nº3: Educação Política: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2010.

SPOSITO, Marília. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. *Revista Brasileira de Educação*, ANPED, n.13, 2000.

_____, Marília Pontes. Educação, gestão democrática e participação popular. In: BASTOS, João Baptista (org). *Gestão Democrática*. 4ª edição. Rio de Janeiro: DP&A/SEPE, 2005.

_____, Marília Pontes; GALVÃO, Izabel. A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência. *Perspectiva*, Florianópolis, V.22, n.02, p.345-380, jul/dez. 2004.

_____, Marília Pontes; SOUZA, Raquel. Desafios da reflexão sociológica para a análise do Ensino Médio no Brasil. In: KRAWCZYK, Nora (Org.). *Sociologia do Ensino Médio: crítica ao economicismo na política educacional*. São Paulo: Cortez, 2014

THE CIVIC mission of schools. A report from Carnegie Corporation of New York and CIRCLE: The Center for Information and Research on Civic Learning and Engagement. 2003.